



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

75

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 12 / 06 / 1997
C	Jcl
	Rubrica

Processo : 10746.001.669/95-48

Sessão : 17 de abril de 1997

Acórdão : 203-03.011

Recurso : 100.128

Recorrente : NEUSA MARIA COSTA E SILVA

Recorrida : DRJ em Brasília - DF

ITR - LANÇAMENTO - Provado erro no preenchimento da Declaração Anual de Informação do ITR, há de se retificar o lançamento a partir dos dados corrigidos. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: NEUSA MARIA COSTA E SILVA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1997

Otacílio Danilo Cartaxo
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros F. Maurício R. de Albuquerque Silva, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Francisco Sérgio Nalini, Renato Scalco Isquierdo, Henrique Pinheiro Torres (Suplente) e Roberto Velloso (Suplente).

/OVRS/CF-GB/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10746.001.669/95-48

Acórdão : 203-03.011

Recurso : 100.128

Recorrente : NEUSA MARIA COSTA E SILVA

RELATÓRIO

A contribuinte acima identificada foi notificada (fls. 03) a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR/94 e demais consectários legais, referentes ao imóvel rural denominado “Fazenda Santa Fé”, de sua propriedade, localizado no Município de Pequizeiro - TO, com área total de 535,6 ha.

Impugnando o feito às fls. 01, a requerente alega que o Valor da Terra Nua - VTN estaria em torno de 60 UFIR por ha, pedindo a reavaliação do ITR/94.

A interessada apresenta, entre outros documentos, Laudo às fls. 09.

A autoridade julgadora, DRJ em Brasília - DF, determinou a manutenção da cobrança conforme ementa de decisão abaixo transcrita (fls. 24/25):

“IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL EXERCÍCIO 1994.

- Não há retificação a fazer na DITR/94, nem nos “dados do lançamento”, nem na transcrição dos dados da declaração para o sistema eletrônico, quando foram obedecidos os dispositivos da Lei nº 8.847/94 e IN/SRF/nº 16/95.

- Só é admissível a retificação de declaração por iniciativa do próprio declarante, antes de notificado o lançamento. Parágrafo 1º do art. 147 da Lei nº 5.172/66.

- IMPUGNAÇÃO INDEFERIDA.”.

Irresignada, a recorrente interpôs Recurso de fls. 30/32, onde alega que não se conforma por não ter seu pleito atendido na impugnação e que sua Declaração do ITR/94 está com erro de fato relativo a valoração da terra nua , entendendo que , por se tratar de erro de fato, devam os mesmos serem corrigidos.

Junta Declaração da Superintendência Regional do INCRA em Tocantins (doc. de fls. 33), onde o Valor da Terra Nua - VTN é fixado em R\$ 5,00 para a região do imóvel para efeito de regularização fundiária de imóveis pertencentes à União.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10746.001.669/95-48

Acórdão : 203-03.011

Em atendimento ao disposto no artigo 1º da Portaria MF nº 260/95, manifesta-se a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, fls. 32/33, pela manutenção do lançamento, em conformidade com a decisão singular, com base na legislação em vigor (artigos 145 e 149 do CTN), porém, quanto à retificação do lançamento, faz as seguintes ponderações:

“Portanto, em sede de impugnação ao lançamento (CTN, art. 145, I), repto correto o posicionamento adotado em primeiro grau, diante da norma inscrita no parágrafo 1º do artigo 147 do CTN.

Contudo, o inciso IV do artigo 149 do mesmo código abre a possibilidade de ser o lançamento revisto de ofício pela autoridade lançadora, diante de elementos que comprovem de forma inequívoca o erro cometido.

Em sede de revisão de ofício (CTN, art. 145, III), destarte, confere-se oportunidade à autoridade administrativa, diante de elementos robustos, de alterar o lançamento. O erro do declarante não deve ser premiado com a absolvição de tributo devido. Porém, não é razoável que o erro implique no recolhimento de valor além do devido, até porque, se efetivamente existente, o lançamento com base nele operado será de difícil sustentação perante o Poder Judiciário.

Ademais, a Secretaria da Receita Federal estabeleceu o Valor da Terra Nua mínimo (VTN-m) na Instrução Normativa SRF nº 16, de 27 de março de 1995, que pode ser utilizado como parâmetro para revisão do lançamento, a fim de constatar a existência de erro por parte do contribuinte.”

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "WJ".



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10746.001.669/95-48

Acórdão : 203-03.011

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal, dele tomo conhecimento.

Conforme relatado, a recorrente contesta o lançamento do ITR/94, referente ao imóvel em foco, com a alegação de que supervalorizou o imóvel no momento da declaração do tributo.

De tudo analisado, verifica-se que a contribuinte realmente equivocou-se ao informar na Declaração do ITR/94, o Valor da Terra Nua - VTN.

O erro torna-se tão flagrante que a própria Secretaria da Receita Federal, atendendo as avaliações de praxe, ao arbitrar o referido valor, o fez por um valor significativamente menor ao declarado, ou seja, a requerente imputou um valor aproximado de 1.135,00 UFIR/ha, enquanto a Receita Federal, na IN SRF nº 16/95, estabelece a importância de 41,82 UFIR o hectare ao Valor da Terra Nua mínimo - VTNm.

Para que ficassem comprovadas tais afirmações, vê-se juntado o Laudo Técnico de fls. 09, documento este que, apesar de não atender todas as exigências da legislação em vigor, comprova o equívoco na informação declarada, estabelecendo o Valor da Terra Nua - VTN em 60,00 UFIR o hectare, superior ao estabelecido pela Secretaria da Receita Federal, que foi de 41,82 UFIR/ha, nos termos da citada IN - SRF.

Por oportuno, menciono os Acórdãos nºs 203-01.613 e 203-02.600, desta Egrégia Câmara, que, em matérias semelhantes, deram provimento aos recursos respectivos.

Assim, com fundamento no previsto no parágrafo 4º, artigo 3º, da Lei nº 8.847/94, e na IN SRF nº 16/95, dou provimento ao recurso para que seja reconhecida a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10746.001.669/95-48
Acórdão : 203-03.011

importância de 60,00 UFIR/ha para o cálculo do Valor da Terra Nua, para efeito de retificar o presente lançamento.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1997



OTACÍLIO DANTAS CARTAXO